

# Zélia vai proibir o repasse dos reajustes

Rio — O ministério da Economia vai baixar uma portaria, a ser publicada no Diário Oficial da próxima segunda-feira, exigindo que as empresas que tenham concedido qualquer tipo de aumento salarial fora de dissídio apresentem a lista de seus preços antes e até seis meses depois do reajuste. O objetivo é evitar que os aumentos ou antecipações salariais possam ser repassados aos preços, gerando aceleração inflacionária. O anúncio foi feito ontem, no Rio, pela ministra Zélia Cardoso de Mello, em reunião com cerca de 30 empresários dos mais diversos setores de atividades, da indústria ao comércio varejista.

Zélia Cardoso de Mello iniciou a reunião justamente afirmando ter recebido "notícias preocupantes sobre aumentos salariais concedidos esta semana, muito acima das expectativas". O secretário nacional de economia, João Maia, que transmitiu depois aos jornalistas o resultado da reunião, disse que "o governo aceita reajuste de salário como distribuição de renda, mas não aceitará pressões sobre preços que levariam todos os consumidores a pagar pelo aumento de salário de uma só categoria".

Em princípio, disse ela, a intenção do Governo é exigir uma lista de preços retroativas a 15 dias antes do reajuste e outras pelo período de até seis meses depois, que serão recolhidas pelo departamento de abastecimento e preços. Os empresários presentes à reunião, disse João Maia, concordaram com a medida, embora alguns a tenham considerado "intervencionista". De fato, antes da reunião, vários empresários presentes demonstraram preocupação com eventuais efeitos inflacionários provocados por aumentos de salário, como o presidente da White Martins, Félix de Bulhões — "a exacerbação salarial pode provocar exacerbação de preços" — e o diretor do grupo

Monteiro Aranha, Rui Patrício — "pior seria o risco de os salários desaparecerem com a inflação".

## Medida 185,

Maia disse que a Sunab, a Polícia Federal e a Receita Federal já pediram as listas de preços das empresas Micheleto, Springer e Maxion, do Rio Grande do Sul, que fizeram acordo de aumento salarial com seus funcionários durante esta semana.

Afirmou ainda que o governo pretende rerepresentar "o mais rápido possível" a Medida Provisória 185 — derrubada ontem pelo Congresso Nacional — com algumas modificações, embora não tenha dado detalhes. A 185 proibia o Tribunal Superior do Trabalho de homologar acordos firmados nos tribunais regionais de trabalho que prejudicassem o Plano Collor.

Estiveram presentes à reunião com a ministra o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eduardo Modiano, e os empresários Ivan Botelho, da Cataguases Leopoldina; João Pedro Gouveia Vieira Filho, da Ipiranga; André de Botton, da Mesbla; Arthur Sendas, da Sendas; João Fortes, da João Fortes Engenharia; Félix Bulhões, da White Martins; Robert Broughton, da Shell; Marcos Magalhães Pinto, do Banco Nacional; Derek Parker, da Montreal Engenharia; Luiz Sabóia, da Souza Cruz; Guilherme Free Ring, da Caemi; Rui Patrício, do Monteiro Aranha; Arthur João Donato, do Estaleiro Caneco; Carlos Mariane, Petroquímica da Bahia; Jorge Lehmann, do Banco Garantia; Júlio Bozzano, do Bozzano Simonsen; José Eduardo Guinle, da Associação de Hotéis e Turismo; Ricardo Degegnazein, da Formiplac; Erling Lorentzen, da Lorentzen; Eduardo de Paula Machado, da Paula Machado Docas e Oswaldo Aranha Neto, do Centro de Comércio de Café do Rio de Janeiro, entre outros. (A.E.)

Carlos Menandro 10.05.90



Zélia, no Rio, prometeu votar banimento do reajuste aos preços